



## **PROPOSTAS E OPINIÕES DA CNA PARA A AGRICULTURA PORTUGUESA E O MUNDO RURAL**

*(Resolução)*

VI CONGRESSO DA CNA e da Agricultura Portuguesa

### **I - INTRODUÇÃO**

O Lema deste VI CONGRESSO DA CNA e da Agricultura Portuguesa é:

#### **QUEREMOS PRODUZIR**

*Mudar de Políticas Agro-Rurais*

*Promover a Agricultura Familiar*

Este Lema do nosso VI CONGRESSO resume as nossas convicções e orienta a nossa acção e reflexão. Além disso, também marca bem a diferença em relação às actuais políticas agrícolas e seus principais "protagonistas".

Os rendimentos dos Agricultores Portugueses não cessam de baixar; o vasto interior fica sem gente; Portugal já depende demasiado do estrangeiro para se alimentar e já paga quase quatro mil milhões de euros, por ano, pela diferença entre aquilo que exporta e aquilo que importa. São já quase quatro mil milhões de euros que o País perde todos os anos nas trocas comerciais de bens alimentares muitos dos quais nós queremos e podemos cá produzir.

Isto acontece enquanto há mais de 20 anos, sucessivos governantes nos dizem que é preciso aumentar a "competitividade" da nossa Agricultura para exportar e nisso se tem gasto rios e rios de dinheiro público.

Mas, o problema é que são as importações a aumentar mais de ano para ano e a comprometer a Soberania Alimentar dos Portugueses, arruinando a Produção Nacional.

A experiência de todos estes anos já demonstrou que sucessivos governos e a União Europeia aplicaram políticas agro-rurais erradas.

Políticas que não tiveram na devida conta as propostas e reclamações da CNA. É dar-se uma volta a Portugal com olhos de ver; é conversar-se com os Agricultores; e fica-se a saber como é...

Com as políticas agrícolas actuais, querem continuar a entregar ainda mais dinheiro público de subsídios a quem já o recebe quase todo quer pelo RPU, Regime de Pagamento Único, quer de outras Ajudas, e mesmo sem a obrigatoriedade de produzir.

Isto não pode continuar assim: deve dar-se prioridade e mais apoios ao aumento da Produção Nacional. Deve promover-se os Mercados Locais e Regionais. Deve apoiar-se e promover-se a Agricultura Familiar e a Floresta de Uso Múltiplo e os Baldios. Deve garantir-se o aumento dos rendimentos da Agricultura Familiar.

Para se conseguir isso, é urgente mudar de políticas agro-rurais !

## **II – QUEREMOS PRODUZIR**

Aqui proclamamos que queremos produzir! Para viver, com as nossas Famílias, condignamente, do nosso trabalho produtivo, ao serviço do nosso País e da promoção de uma alimentação saudável e acessível à População.

A CNA reclama o direito à Soberania Alimentar de Portugal e dos Portugueses.

Queremos produzir para aumentar a produção nacional, para evitar a importação de muitos produtos e também assim contribuirmos para o desendividamento de Portugal.

Queremos produzir porque é isso que sabemos fazer bem e é nessa função que deve ser ocupada a melhor parte da nossa terra-mãe.

A Agricultura Familiar deve ter acesso à terra e ao regadio em especial lá onde ele se construiu com recursos públicos como no caso do Alqueva. Entretanto é necessário assegurar a manutenção, completar obras como as do Baixo Mondego, como as do Baixo Vouga e construir outros regadios.

Queremos produzir para também desmentir quem nos acusa de só querermos subsídios e de ainda por cima protestarmos.

E para produzir mais e melhor são precisas melhores condições, de outras e melhores políticas. Precisamos de garantias para o escoamento a melhores preços dos nossos bons produtos. Precisamos de Ajudas Públicas atribuídas com mais justiça social e pagas a tempo e horas.

## **III - *Mudar as Políticas Agro-Rurais.***

## ***Promover a Agricultura Familiar***

Estes últimos anos têm sido duros devido ao acumular de situações negativas das quais os Agricultores não são culpados como, por exemplo, a crise provocada pelo sector financeiro especulativo e outros congéneres.

Em Novembro passado, logo a CNA apresentou ao actual Governo um documento com "10 Medidas de Emergência contra a crise da Agricultura e do Mundo Rural". Considerávamos e consideramos que não há tempo a perder. Sem a rápida aplicação pelo menos de várias dessas medidas, a Agricultura e o mundo rural não vão livrar-se dos problemas mais graves.

Dessas "10 Medidas de Emergência" destacamos aqui três:

1 - Intervenção do Governo para garantir escoamento, a melhores preços na Produção, para o Leite, a Carne, o Vinho, O Azeite, o Arroz, as Hortofrutícolas, a Batata, os Frutos Secos e até para a Madeira.

2 - Isenção temporária do pagamento das contribuições mensais dos Agricultores para a Segurança Social. No futuro próximo, garantir uma grande redução das Contribuições Mensais dos Agricultores por escalões consoante os rendimentos das Explorações, e sem perda de direitos.

3 - Nas negociações sobre a PAC, Política Agrícola Comum, o Governo Português deve garantir o aumento, para o nosso País, das "quotas" e direitos de Produção bem como o aumento das verbas comunitárias destinadas à Agricultura Portuguesa.

Quanto ao ProDeR, Programa de Desenvolvimento Rural, 2007 a 2013, logo desde início a CNA o definiu como um Programa anti-Desenvolvimento Rural. Todo ele pensado e construído na base das teorias da "competitividade", dos "competitivos" e dos PIR, Projectos de Interesse Relevante.

Mas, mesmo apesar das insuficiências do actual ProDeR, a CNA reclama do MADRP a rápida entrega aos seus titulares, pelo Ministério da Agricultura, das centenas de pequenos e médios projectos de investimento ProDer que estão há meses, alguns há anos, à espera de serem aprovados. E reclama também que as respectivas ajudas financeiras sejam pagas sem burocracias e a tempo e horas aos Agricultores.

Hoje, a situação exige e Portugal precisa de um novo ProDeR que considere como sectores estratégicos as Explorações Agrícolas Familiares, a Produção Nacional, os Mercados Locais e Regionais. Um novo ProDeR que não se centre na teoria da competitividade, que dê prioridade à Produção Nacional em especial para o consumo interno, sem esquecer a exportações em sectores específicos como, por exemplo, o dos Vinhos e

dos derivados da Floresta. Um novo ProDeR que dê prioridade a critérios sociais e ambientais.

Precisamos de um novo ProDeR que aumente os valores da comparticipação pública - em especial da europeia - nas Ajudas ( por exemplo para os investimentos na Floresta); precisamos de um ProDeR que retome o essencial das Medidas Agro-Ambientais aplicadas nos tempos do programa anterior, no caso o programa RURIS.

Entretanto, o Orçamento de Estado para a Agricultura para 2010 é escasso. Não vai chegar para recuperar os atrasos no ProDeR. Mesmo para se conseguir, como propõe o Governo, atingir a média dos 30% de execução do ProDeR no final deste ano, seriam necessários mais cerca de 100 milhões de euros da comparticipação nacional. Assim, Portugal corre já sérios riscos de vir a desaproveitar verbas comunitárias pré-destinadas ao ProDeR.

Noutro plano, estão por pagar diversas Ajudas aos Agricultores que calculamos em mais de 200 milhões de euros. A CNA e Filiadas também se mantém uma dívida "crónica" por prestação de serviços" aos Agricultores. A CNA reclama o pagamento das dívidas do Estado/Governo à Lavoura.

Confrontados com problemas que eles próprios criam através das políticas erradas que aplicam, os governantes assessorados pelos grandes empresários do negócio-agrícola, lembram-se de "inventar". É o que está agora acontecer com a marca geral de exportação "Vinho de Portugal" ou com a fusão das Adeegas Cooperativas. Como se isto fosse alguma mezinha para resolver os problemas que vêm de um mal mais profundo: vêm deste sistema neoliberal da PAC e da OMC, Organização Mundial do Comércio.

Noutro âmbito, para lá das interferências "complicativas" que o Ministério do Ambiente já tem em vários domínios agro-rurais, o seu actual "programa" tem previstas acções estruturantes que vão influenciar bastante a Agricultura e toda a nossa vida. Falamos dos Recursos Hídricos e dos preços da Água, falamos do "negócio" com o banco do carbono relacionado com as alterações climáticas e falamos até na revisão da Lei do Ambiente. Portanto uma série de assuntos que vão requerer a nossa intervenção.

A CNA reafirma que Portugal não precisa de Transgénicos e que repudia o patenteamento da vida como fazem os laboratórios multinacionais da manipulação genética.

Pelo contrário, Portugal deve divulgar e promover a Agricultura Familiar Biológica.

No plano legislativo e de entre outras, destacam-se as más leis do Arrendamento Rural e do Código Florestal que importa rever, no sentido de defender os interesses dos Rendeiros e dos Produtores Florestais.

É publicamente conhecida a má situação financeira das Adegas e de outras Cooperativas. Algumas já faliram e muitas delas estão em fase de pré-falência embora continuem no activo. Isto reflecte-se negativamente na vida dos Agricultores seus associados, com atrasos de anos no pagamento do vinho e de outros Produtos e, ainda por cima, a preços baixos. Situação que tem deixado cada vez mais os pequenos e médios agricultores nas mãos da agro-indústria e de grandes comerciantes sem escrúpulos.

É urgente a tomada de medidas de apoio concretas, por parte do Governo para a Região Demarcada do Douro – Património da Humanidade – a fim de resolver os problemas da grande maioria dos 35 mil vitivinicultores da Região e para viabilizar e revitalizar a instituição Casa do Douro.

No plano geral, para sanear financeiramente as Adegas e outras Cooperativas, para prestigiar o Movimento Cooperativo, a CNA reclama do ao Governo a criação de Linhas de Crédito altamente bonificado. Quer de Campanha, permitindo um pagamento atempado aos Sócios, quer de longo prazo, permitindo a reestruturação das dívidas e para novos investimentos.

É necessário mudar de políticas Agro- Rurais

Mas os próximos Orçamentos de Estado não se perspectivam como melhores pois aí temos outra vez o garrote financeiro do chamado controlo do défice orçamental público. Do tal défice orçamental que nos afecta desde 1997 até 2008, data em que o Governo escancarou generosamente a bolsa pública para acudir às fraudes e a outros problemas da Banca e dos Banqueiros, afinal dos tais ditos “competitivos”.

A crise da Agricultura Portuguesa reclama mais verbas no Orçamento de Estado para a Agricultura e não o contrário.

A crise do Mundo Rural reclama mais verbas nos Orçamentos de Estado para que as nossas Aldeias e Vilas tenham melhores Serviços Públicos, de qualidade e acessíveis.

Rejeitamos o novo “Programa de Estabilidade e Crescimento” do Governo que vai impor novos cortes nos investimentos e apoios à Agricultura e ao Mundo Rural, e vai contribuir para o maior empobrecimento do País.

A Floresta Nacional, pela grande importância que tem para o País, precisa de maiores níveis de co-financiamento público para os pequenos e médios projectos de investimento.

O País era para ser coberto com a constituição das ZIF, Zonas de Intervenção Florestal, que de início sofreram de grande burocracia e agora estão sem meios financeiros e, portanto, incapazes de dar cumprimento aos seus objectivos de “gestão activa” da Floresta. Ao mesmo tempo, nas regiões de minifúndio, continuam tolhidas pela burocracia, a qual não pode ser ultrapassada com recurso à violação dos direitos dos pequenos e médios proprietários.

É pois indispensável reavaliar toda a situação e definir novas fórmulas de financiamento público a ser rigorosamente aplicado no financiamento operativo das ZIF e em especial nas ZIF do minifúndio, ou simplesmente “reciclar” este modelo em algo mais operativo e informal.

A potencialidade económica e social dos Baldios é uma mais-valia no combate à desertificação e no apoio ao Desenvolvimento Rural, através do aproveitamento dos produtos e subprodutos da floresta. Com o Estado e a Administração Pública a colaborarem na gestão dos Baldios pelos Compartes e não a serem agentes contrários como muitas vezes acontece.

Devem ser respeitados os direitos dos Compartes, das suas Organizações como a BALADI (e outras) e deve ser respeitada a Lei dos Baldios em todo o território, nacional.

No domínio do investimento, os Baldios justificam mesmo, pelo seu papel social, um regime especial com a sua discriminação positiva. Desde logo com a consagração institucional dos “Grupos de Baldios” como entidades congregadoras de Baldios com capacidade para a gestão participada dos mesmos.

A Gestão dos Baldios pelos Compartes também não pode ser alienada ou subvertida pela já designada Estratégia Nacional para os Baldios.

Ao mesmo tempo o Governo tem que melhorar e dotar com mais verbas, os programas de combate e erradicação das perigosas doenças da Floresta, como o Nemátodo do Pinheiro Bravo, agora o Cancro da Resina, e a Tinta ou o Cancro dos Castanheiros.

Não fossem as condições climatéricas favoráveis destes últimos anos, teríamos tido incêndios florestais violentos.

De facto, a nossa Floresta continua por ordenar correctamente com os “PROF - Planos Regionais de Ordenamento Florestal” sem serem implementados, com o Cadastro Florestal sempre adiado. No terreno, a prevenção de incêndios continua mais do que insatisfatória.

Do ponto de vista estratégico e a todos os níveis, a Floresta Nacional precisa de mais e melhores apoios oficiais e de outras regras e dinâmicas, de forma a dar prioridade à Floresta de uso múltiplo e aos Baldios, sempre em respeito pelos interesses e direitos dos pequenos e médios produtores florestais e pelos Compartes dos Baldios.

Os preços da Madeira têm que subir na Produção.

É preciso mudar as Políticas Florestais

Estes dois últimos anos foram desastrosos para a Agricultura, para os Agricultores Portugueses e em particular para a Agricultura Familiar. Praticamente todos os sectores estiveram em crise mas um deles se destacou: o da Pecuária / Leite e Carne.

Foram as grandes baixas de preços na produção (-50%), a falta de escoamento e as importações das grandes superfícies comerciais a que se juntou o custo especulativo das rações, dos combustíveis, dos adubos e da Sanidade Animal.

Os Produtores de Leite e Carne lutaram bravamente em Portugal e na Europa de forma a que até obrigaram a Comissão Europeia e os Governos a atribuírem algumas ajudas embora insuficientes.

Entre outras medidas para estancar a ruína e o abandono forçado dos pequenos e médios Produtores Pecuários, o que se reclama é que o Governo intervenha na contenção dos preços dos factores de produção a começar pelo dos combustíveis e da electricidade; que atribua uma ajuda "suplementar" ao preço do Leite na Produção para garantir um valor de cerca de 40 cêntimos o litro de Leite; é que o Governo promova, à sua directa responsabilidade, um "retirada" (compra à Produção) das Vacas já fora da produção leiteira e dos bezerras até quatro semanas, a preços minimamente compensadores.

Agravando ainda mais a já difícil situação, o Governo veio acrescentar problemas com o Licenciamento das Explorações Pecuárias. É indispensável que o Governo apoie. Com substancial co-financiamento, as obras necessárias nas instalações pecuárias. E fazendo lembrar uma autêntica perseguição ao sector, impõe agora o RED - Registo de Existências e Deslocações de Ovinos e Caprinos.

A CNA reclama a resolução desburocratizada dos problemas do Licenciamento e da Sanidade Animal sem sobrecarregar mais os Produtores.

A CNA continua a reclamar a manutenção da quota nacional de Leite para lá de 2015. E o Governo Português tem aqui especial responsabilidade.

No sector do arroz (que também desenvolveu uma forte luta), assim como noutros sectores, perante a passividade do Governo que reconhece a situação mas não actua, assiste-se a importações abaixo dos custos de produção (dumping) e a manobras de manipulação de preços por parte de grandes superfícies comerciais, casos que até estão reconhecidos oficialmente.

No contexto, os Produtores de Arroz estão hoje a braços com a baixa significativa de preços na Produção.

Assim, reclama-se ao Governo (e a outras entidades) que actuem com a rapidez e a firmeza correctora que a situação exige.

Em tempo de forte crise financeira, económica e alimentar, a União Europeia e os vários Governos continuaram e continuam a desligar as Ajudas da Produção. Ou seja, distribuem rios de dinheiro público em Ajudas do RPU pelos grandes proprietários e pela grande agro-indústria, mesmo sem a obrigatoriedade destes produzirem.

É um crime económico e social!

Para agravar, o Governo Português prometeu aplicar a “ modulação voluntária” das Ajudas (reduções até 20%) a esses grandes recebedores mas, se mais prometeu, ainda menos cumpriu.

Estamos já em pleno debate sobre a PAC para depois de 2013 e muitas teorias já abundam por aí, a experimentar...

A CNA em estreita colaboração com a Coordenadora Europeia – Via Campesina de que é filiada, não enjeita o debate e afirmamos que os interesses nacionais exigem o direito à Soberania Alimentar de Portugal e dos Portugueses (e dos outros Povos e Regiões).

Reclamamos o direito a poder definir e a aplicar a política agrícola – e alimentar – que mais convier a Portugal, cooperando com outros países.

Esta é a verdadeira alternativa.

Nas duras negociações que se avizinham sobre a próxima Reforma da PAC, na defesa do interesse nacional, o Governo Português não pode trocar a agricultura a favor de outros sectores e deve garantir mais quotas e direitos de Produção para os Agricultores Portugueses e mais verbas comunitárias para Portugal. Com Ajudas ligadas o mais possível à Produção, embora moduladas (reduzidas por escalões) e plafonadas (com tectos ou limites máximos).

Perante o objectivo da Comissão Europeia de reconfigurar as Zonas Desfavorecidas Intermédias, o governo português tem que contestar os critérios “biofísicos” que só favorecem os países do norte e assegurar a

manutenção dos critérios “sócio-económicos”, de forma a assegurar, pelo menos, o nível de apoios que tem havido.

Deve ser rejeitada a chamada “renacionalização” (dos custos...) da PAC.

Deve ainda ser garantida a correcção das injustiças e desigualdades nos apoios comunitários entre Agricultores, Culturas e Países.

Dir-nos-ão “os teóricos do sistema” que isso não é possível. Como se a PAC que temos e que vamos ter seja decretada por Deus ou por Maomé.

Esta PAC é a PAC que interessa às grandes multinacionais do negócio-agrícola.

Não só é possível como é indispensável uma outra PAC, uma PAC agrícola e mais solidária que garanta, o direito à Soberania Alimentar dos Povos e Regiões. Uma outra PAC que garanta mais rendimentos aos Agricultores, uma outra PAC livre da OMC, Organização Mundial do Comércio, livre da Bolsa de Chicago, do Banco Mundial e do FMI.

#### **IV - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS AOS AGRICULTORES**

Com o incremento das políticas da PAC, a técnico-burocracia exigida para as indispensáveis candidaturas e projectos dos Agricultores às Ajudas transformou-se noutro dos pilares do sistema.

Apesar da discriminação que sofreu dos vários governos, as Organizações Agro-Rurais, a CNA e Filiadas, entraram na tarefa porque o seu apoio aos Agricultores é necessário

O Estado/Governos foram assim transferindo funções e responsabilidades, tirando partido de heterogeneidade do movimento associativo nacional.

Ao mesmo tempo, o Governo encerrou grande parte dos Serviços do Ministério da Agricultura o que prejudicou os Agricultores.

Sendo um facto que a CNA e Filiadas devem continuar a desenvolver a prestação de serviços técnico-profissionais aos Agricultores, todavia isso deve ser sempre feito num contexto de reclamação perante os “abusos” dos Governos que não raras vezes impõem a transferência de serviços como facto consumado e quase sempre mal pagos.

Reclama-se um tratamento igualitário em relação à CNA tendo em conta outras Organizações e o pagamento, a preço justo e a tempo e horas, dos serviços técnico-profissionais prestados aos Agricultores.

Definir participadamente a melhor forma da nossa organização e os objectivos específicos perante cada tipo de serviço em concreto, é outro dos princípios e fórmulas que devemos aperfeiçoar entre nós.

O Ministério da Agricultura também deve reabrir, devidamente equipados, vários dos serviços que encerrou, a começar pelas Zonas Agrárias.

## **V - ASSOCIATIVISMO**

No plano nacional, a actividade e o reforço da CNA e suas Filiadas e da sua ligação aos agricultores e à Agricultura Familiar constituem naturalmente o eixo central e dominante da nossa acção quotidiana.

O debate e a reflexão conjuntos, em torno da situação da Agricultura e das suas perspectivas, a mobilização dos Agricultores em torno dos seus interesses mais concretos, são aspectos prioritários e insubstituíveis na nossa vida associativa.

No plano do relacionamento com outras Organizações, a CNA definiu como prioritário o seu relacionamento com o Sector Cooperativo. Pois, apesar de todas as dificuldades e até dos casos de atropelo ao ideal Cooperativo, deve manter-se esse princípio. É necessário ter em conta que, muitas vezes, os Agricultores nossos associados também são sócios das cooperativas de base.

Mas isto também implica que se denunciem erros, desvios e aproveitamentos indevidos por parte de indivíduos ou de Direcções de Cooperativas.

Entretanto, cumpre assinalar que Dirigentes de topo do Sector Cooperativo tardam em dar sinais de que estão dispostos a alterar orientações e comportamentos que só desprestigiam as Cooperativas e o Cooperativismo no seu todo e que acabam por prejudicar os Agricultores.

Consolidaram-se vários tipos de outras Organizações com as quais a CNA e Filiadas se relacionam.

Para reforço e alargamento da unidade dos agricultores na luta por reclamações comuns, mantendo os nossos princípios deve convergir-se com outras Organizações agro-rurais ou de outro tipo, sempre que casos concretos, problemas concretos e comuns assim o aconselhem.

No plano europeu a CNA é filiada e participa na Coordenadora Europeia - Via Campesina, organização europeia da Via Campesina. Esta é uma corrente do movimento associativo agrícola e rural organizada à escala quase global que se opõe às políticas oficiais e às políticas das

organizações representantes dos grandes proprietários e das multinacionais do “negócio-agrícola”.

Vamos continuar a participar nesse movimento alternativo com o apoio da Delegação Permanente da CNA em Bruxelas.

**Queremos Produzir!**

*Mudar de políticas Agro – Rurais*

*Promover a Agricultura Familiar*

Ninguém tem autoridade moral para nos mandar trabalhar ainda mais!

Somos Nós a dizer que Queremos Produzir!

E nós vamos lutar por isso, como sempre temos feito!

Para defender os nossos sagrados direitos! Para melhorar os nossos rendimentos e melhorar a qualidade alimentar dos Portugueses! Para contribuir para o desendividamento do nosso País.

Aqui nos comprometemos a lutar por isso. Trabalhando os campos e vindo protestar para a rua sempre que necessário for!

Foi a nossa luta que derrotou Jaime Silva.

A nossa luta e a nossa razão hão-de derrotar as más políticas agrorurais que nos têm dado cabo da vida.

É por isso que se afirma, neste VI CONGRESSO DA CNA e da *Agricultura Portuguesa*, que caso a situação não melhore para a Agricultura Familiar, se os governantes não tiverem em conta as nossas propostas e reclamações, a CNA e Filiadas, *sempre com os Agricultores*, vão voltar à rua em acções de protesto e reclamação.

A Direcção Nacional da CNA, as Filiadas da Confederação, ficam mandatadas para avaliar a situação e decidirem tais acções oportunamente. Incluindo, se necessário for, a realização de novas e grandes iniciativas nacionais de protesto e reclamação, à semelhança daquelas que temos feito em Lisboa e no Porto.

**Viva a CNA e suas Filiadas!**

**Viva a Agricultura Familiar Portuguesa!**

**Viva Portugal!**

Espinho, 21 de Março de 2010

VI CONGRESSO DA CNA e da *Agricultura Portuguesa*